

# TRAIÇÃO *VERSUS* TRANSGRESSÃO: REFLEXÕES ACERCA DA TRADUÇÃO E PÓS-MODERNIDADE

Kanavillil RAJAGOPALAN<sup>1</sup>

- RESUMO: Este trabalho procura sublinhar as relações entre tradução e pós-colonialismo. Enquanto as teorias logocêntricas encaram o processo tradutório como simples transporte de conteúdos semânticos e pregam a fidelidade do tradutor como o maior princípio norteador, as teorias mais recentes, influenciadas por movimentos como o pós-estruturalismo e o pós-modernismo, entendem que a violência é inevitável em qualquer atividade tradutória e, por extensão, em qualquer atividade comunicativa. Previsivelmente, a atividade de tradução também se revela como poderosa nas mãos dos oprimidos em sua luta contra a opressão.
- PALAVRAS-CHAVE: Tradução; transporte; transgressão; pós-modernidade; pós-colonialismo.

*The strains of silence in literature, from Sade to Beckett,  
convey complexities of language, culture, and consciousness  
as these contest themselves and one another. Such eerie music  
must yield an experience, an intuition, of postmodernism  
but no concept or definition of it.*

(Ihab Hassan)

*The problematic of translation exists uneasily on the interface  
between the post-colonial context and post-structuralist theory.*

(Tejaswini Niranjana)

---

<sup>1</sup> Departamento de Linguística – Instituto de Estudos da Linguagem – Unicamp – 13083-970 – Campinas – SP. rajan@iel.unicamp.br

A idéia de que a atividade tradutória, via de regra, acarreta um certo grau de violência já é lugar-comum e tema bastante discutido na literatura. Por um lado, tem-se a forte tradição logocêntrica, aquela que aposta em significados estáveis e aptos para serem transportados da língua de partida para a língua de chegada. Tradução é, dentro dessa visão, nada mais nada menos que transporte de conteúdos (significados) entre formas (significantes). A meta é evitar que ocorram perdas, danos, e estragos ao conteúdo transportado. O transporte, em outras palavras, tem de ser conduzido de forma suave, carinhosa e sem violência. Os adeptos da visão logocêntrica da tradição, ao mesmo tempo que reconhecem freqüentes atritos e conflitos de interesse entre as partes envolvidas na atividade de tradução, advogam a eliminação, ou ao menos a diminuição considerável, de qualquer violência mediante atenção redobrada à letra e ao espírito do texto "original" e compromisso solene com a fidelidade. Afirmam eles que, em condições ideais, o processo tradutório ocorreria de forma pacífica, evitando quaisquer atritos entre o tradutor e o autor do texto original à medida que o tradutor se incumbiria tão-somente de transmitir (transportar, transladar) as intenções comunicativas do autor, como elas transparecem no seu texto, ou podem ser "inferidas" de forma infalível a partir de dicas fornecidas pelo próprio texto. O tradutor, em outras palavras, se contentaria com o seu papel de subserviência, de subalternidade, de não contestar ou se rivalizar com o autor, de tornar sua presença a menos visível. Para a tradição logocêntrica, então, a violência que com freqüência ocorre no processo tradutório é algo lamentável e precisa ser contida por meio da adoção de métodos e procedimentos apropriados, de respeito ao texto original, e de abnegação total e irrestrita por parte do tradutor no sentido de aceitar o anonimato como condição própria do seu ofício.

Do lado oposto, encontram-se as teorias mais recentes e heterodoxas, sobretudo aquelas inspiradas nas reflexões pós-modernas, que procuram entender a violência como um dos próprios traços definidores da tradução. Segundo a ótica dessas teorias, toda tradução, e, por que não dizer, todo ato de compreender, passa por um ato de violência. Em outras palavras, a violência não é um mal que (infelizmente) atinge a tradução em muitos casos, que, portanto, pode e deve ter sido evitada a qualquer custo. Traduzir seria apropriar-se do texto dito "original". E toda apropriação, por sua vez, se processaria mediante exercício de violência. Longe de tentar eliminar a violência do ato tradutório, ao teórico de tradução caberia perguntar quais as condições que propiciaram a violência e quais as formas de resistência que as vítimas oferecem,

com ou sem êxito. Ou seja, a violência da tradução, de toda e qualquer atividade de comunicação, passa a ser uma questão a ser investigada e compreendida, e não vista como fonte de embaraço.

Se a tradição logocêntrica marginaliza a tradução, considerando-a atividade secundária e parasitária (pois, o modo normal ou canônico de comunicação seria por meio de uma mesma língua compartilhada de forma equitativa e paritária por ambas as principais partes – a saber, o emissor e o destinatário), a visão alternativa coloca-a no centro das atenções, considerando-a algo absolutamente necessário e inevitável – e até mesmo, por mais paradoxal que isso pareça, o único modo de “produzir originais” (Branstone, 1993, p.141). Ou seja, com a mudança de enfoque, a tradução revelar-se-ia como sendo a única forma de acesso a qualquer texto, mesmo aquele redigido na língua materna do leitor. Todo e qualquer ato de comunicação se processaria graças à atividade tradutória. E seria a violência, e não o espírito de cooperação (como insistem alguns teóricos da tradição logocêntrica, como Grice, 1975), o princípio norteador de todo e qualquer ato de comunicação, sendo a tradução a única forma pela qual o mesmo ocorre.

É graças às reflexões pós-modernas que muito têm influenciado nos últimos tempos o modo como teorizamos a tradução, que a dimensão eminentemente política da tradução vem ganhando cada vez mais espaço nos debates acadêmicos. Previsivelmente, a crescente literatura sobre pós-colonialismo tem reconhecido o papel da tradução no processo de colonização como também nos movimentos de resistência por parte dos colonizados. Em sua peça teatral *Translations*, o dramaturgo irlandês Brian Friel (1984, apud Loomba, 1998, p.99-100) caracteriza o processo de colonização da Irlanda pelos ingleses como um processo simbólico que fundamentalmente consistiu na apropriação sistemática da linguagem dos colonizados pelos colonizadores. A estratégia vai desde a escolha de novos nomes “anglicizados” para cidades, bairros, ruas etc. da terra ocupada até a interferência escancarada nos meios de ensino nas escolas onde as crianças recebem suas primeiras lições de cidadania.

No que diz respeito à tradução propriamente dita, também não resta dúvida de que os colonizadores sempre se valeram consciente ou inconscientemente da sua prerrogativa de representar os colonizados, de traduzir e tornar compreensíveis suas reivindicações, de, enfim, tornar visíveis para o resto do mundo os povos sob o seu domínio. Como bem argumenta Tejaswini Niranjana (1992) em seu livro *Siting translation*, do ponto de vista simbólico, todo o processo de colonização da

Índia pela Grã-Bretanha (para citar o exemplo que a autora estuda em detalhe) se deu mediante a atividade tradutória. Na verdade, a situação colonial, ou melhor, a relação colonizador/colonizado, reproduz e traz à tona a relação desigual entre as partes envolvidas no ato tradutório. Em ambos os casos, lembra Niranjana (1992), é forte a tentação de mascarar ou não querer ver a desigualdade existente e fantasiá-la como uma relação de troca, de encontro amigável e benéfico a ambas as partes. Assim, mesmo um autor do calibre de George Steiner (1975) se entrega à tentação de idealizar a relação autor/tradutor quando afirma que o tradutor fiel "cria condição de troca significativa", acrescentando que idealmente haveria troca sem perdas (p.302). Um outro exemplo é Louis Kelly (1979), autor do livro *The true interpreter*, que caracteriza a atividade de tradução como um diálogo que procura alcançar um equilíbrio entre "eu" e "tu".

A violência tanto da tradução como da condição colonial resulta da distribuição desigual de poder entre as partes. O domínio colonial se exerce mediante o uso de poder superior do colonizador sobre os colonizados. É por meio dele que o colonizador se mantém no mando das coisas, legislando como os nativos devem se comportar, o que eles podem e não podem fazer e até mesmo pensar. A figura do autor original que ronda toda tradução e, no imaginário convencional, dita as regras de tradução, estabelece o limite, a margem de manobra, para o futuro tradutor. Este se sujeita às regras do jogo da mesma forma que o colonizado se vê na incumbência de agir dentro dos limites estabelecidos pelos detentores do poder que nem sempre estão sequer presentes fisicamente entre eles, porém vigiam e punem com rigor qualquer transgressão. À figura do colonizador, distante, porém, sempre presente na vida dos súditos sob domínio colonial, vigiando e controlando cada passo e cada acontecimento, assemelha-se o papel do autor da obra traduzida que, segundo reza a credence popular assim como algumas das abordagens teóricas mais bem aceitas, ronda incansavelmente a sua obra, defendendo-a com ciúme contra aqueles que queiram apropriar-se dela, interpretando-a ou traduzindo-a (a diferença entre os dois procedimentos se torna cada vez mais tênue).

Venuti (1995) aventa a hipótese de que o desejo, por parte do tradutor, de permanecer invisível, ou seja, de fazer que o leitor tenha a impressão de que está lendo a obra em sua própria forma original, esconde um gesto de intervenção, de violência, que o tradutor pratica de forma escancarada – gesto este que resulta numa apropriação completa da obra. Isso porque, para criar a impressão de total "fluidez" na

leitura da obra traduzida, o tradutor toma toda sorte de liberdade com o texto sendo traduzido, desprovendo-o de todos os indícios da origem estrangeira, “domesticando-o”, enfim, distorcendo-o de forma brutal. Diz ele, “A tradução é a substituição forçosa das diferenças linguísticas e culturais do texto estrangeiro por um outro texto que será inteligível ao leitor da língua de chegada” (p.18). Para Venuti, a preferência por “domesticação” é marca registrada da prática tradutória no mundo anglo-americano. No continente europeu, diz o autor, a tendência tem sido no sentido de manter intacto o aspecto, ou melhor dizendo, o “sabor” estrangeiro da obra, em vez de assimilá-la à cultura associada à língua de chegada.

Venuti (1995) chega a recomendar a segunda alternativa como procedimento mais apropriado de tradução, por acreditar que este seja mais respeitoso para com a cultura estrangeira. Entretanto, o próprio autor admite logo em seguida que a idéia de preservar o “estrangeirismo” do texto a ser traduzido entra em conflito com o próprio princípio de tradução – pois, ao fazer isso, o tradutor também faz que sua tradução se torne hermética e inacessível ao leitor. Ou seja, não há como evitar que o tradutor se encarregue de apropriar-se da obra, de uma forma ou de outra. Na prática anglo-americana de “domesticação” do texto em língua estrangeira e sua posterior assimilação à língua de chegada, no caso o inglês, o processo de apropriação transcorre de forma aberta e escancarada; ao passo que na prática da preservação do estrangeirismo, aquela que Venuti associa ao continente europeu, a violência é praticada de forma sutil e indireta – pois, o que se ressalta é, na verdade, o caráter “exótico” da obra estrangeira. Afinal, não são raros os casos em que o tradutor se esforça para assegurar que a obra traduzida seja recebida pelo público como fruto de uma cultura diferente e repleta de detalhes curiosos. Podemos citar, por exemplo, o caso de Richard Francis Burton, tradutor da obra *The Arabian nights*, que fez questão de acrescentar ao original em árabe uma generosa dose de romance e exotismo (Carbonel, 1996). Para Burton, parece ter sido parte do próprio propósito por ele estabelecido de não decepcionar os leitores quanto às suas expectativas no que diz respeito a uma obra literária proveniente do Oriente – mágico, romântico, sedutor, misterioso e inescrutável. No entendimento de Burton, assim como no de muitos outros tradutores que, no rastro dele, se encarregaram da árdua tarefa de tornar as “pérolas” literárias do Oriente acessíveis ao público ocidental, era válido e inteiramente justificado qualquer esforço para alcançar tal propósito, ainda que o mesmo acarretasse intervenções

decisivas no texto original, intervenções essas que redundassem em modificações significativas.

O que precisa ficar claro é que, mesmo nas traduções que procuram conservar o sotaque estrangeiro da obra sendo traduzida, o tradutor não está, de modo algum, deixando de marcar a sua presença. Em nome de não violentar o texto original, o tradutor acrescenta a ele um ar de exotismo que lhe é estranho. Entretanto, o sucesso em apresentar a obra estrangeira como tal consiste em não decepcionar o público-alvo no que diz respeito às suas expectativas que incluem os diferentes estereótipos que existem em torno da cultura estrangeira em questão. Ou seja, no fim das contas, o tradutor acaba praticando um outro tipo de violência, mais sutil e mais difícil de identificar e denunciar, que é a violência que consiste em não deixar que a obra receba qualquer outra interpretação, além daquela já reservada a qualquer produto cultural associado à cultura estrangeira em questão.

Não há, portanto, como evitar a conclusão de que qualquer proposta para prática tradutória que se coloca como genuinamente respeitosa para com a cultura e a língua da obra original, que nega qualquer forma de violência, deve ser abordada com cautela e desconfiança. Ou seja, para repetir o nosso ponto inicial, a violência é algo inerente à prática tradutória.

Se, conforme já vimos, a tradução serviu de arma poderosa na consolidação e manutenção do poder dos colonizadores sobre os colonizados, também é verdade que estes freqüentemente se valem – como, aliás, não poderia ser de outra forma – do mesmo poder de tradução para oferecer resistência aos colonizadores. A luta pelo direito de autodeterminação, pela libertação do regime autoritário, é travada por intermédio de traduções alternativas àquelas legitimadas pelos colonizadores. Oferecendo novas traduções para os clássicos, estes tradutores reivindicam, falando em nome de um povo oprimido, porém, disposto a resistir ao regime opressor, o direito de contestar as leituras feitas, muitas vezes de forma escancaradamente tendenciosa, com interesses alheios e ocultos. É importante salientar, no entanto, que não se trata de traduzir melhor ou de maneira mais acurada, pois o que o tradutor que oferece sua tradução alternativa efetivamente estabelece é que a chamada obra original só existe – só pode existir – na forma traduzida. Isto é, da mesma forma que a suposta obra original veio a ser conhecida como tal graças à sua versão traduzida, contestar a versão traduzida e propor uma versão alternativa à versão já existente é, antes demais nada, “recriar” ou “reinventar” a obra original.

O que o novo tradutor contestador, falando em nome de um povo oprimido, efetivamente faz é participar na constituição desse povo, participar na confecção da nova cidadania, do sentimento de uma nova "nação". Conceitos como "povo", "nação", e até mesmo, "língua" nunca se referem a fatos do mundo real. São todos eles bandeiras a serem levantadas ou entregues de mão beijada aos conquistadores. Talvez a forma mais adequada de encerrar a nossa discussão seja lembrando as seguintes palavras de Niranjana (1992, p.186): "A desconstrução iniciada pela re-tradução abre um espaço pós-colonial à medida que torna a 'história' legível".

## **Agradecimento**

Sou grato ao CNPq pela concessão da bolsa de produtividade n.306151/88-0.

RAJAGOPALAN, K. Treason and transgression: reflections on translation and postmodernity. *Alfa (São Paulo)*, v.44, n.esp., p.123-130, 2000.

- **ABSTRACT:** *This paper is an attempt to underscore the ties between translation and postcolonialism. Whereas the traditional logocentric theories view the process of translation as simply one of transporting semantic contents and uphold fidelity as the primary guiding principle, recent theories, under the influence of movements such as post-structuralism and post-modernism, show that violence is inevitable in all translation and, by extension, in any communicative activity. As is only to be expected, translation also turns out to be a powerful weapon in the hands of the downtrodden in their struggle against their oppressors.*
- **KEYWORDS:** *Translation; transportation; transgression; post-modernity; post-colonialism.*

## **Referências bibliográficas**

BARNSTONE, W. *The poetics of translation: history, theory, practice*. New Haven: Yale University Press, 1993.

- CARBONEL, O. The exotic space of cultural translation. In: ÁLVAREZ, R., VIDAL, M. C. A. (Org.). *Translation, power, subversion*. Clevedon: Multilingual Matters, 1996.
- GRICE, P. Logic and conversation. In: COLE, P., MORGAN, J. L. (Org.). *Syntax and semantics: speech acts*. New York: Academic Press, 1975. v.3, p.41-58.
- FRIEL, B. Translations. In: \_\_\_\_\_. *Selected plays*. London: Faber & Faber, 1984.
- KELLY, L. *The true interpreter*. New York: St. Martin's Press, 1979.
- LOOMBA, A. *Colonialism/postcolonialism*. London: Routledge, 1998.
- NIRANJANA, T. *Siting translation: history, post-structuralism, and the colonial context*. Berkeley: University of California Press, 1992.
- STEINER, G. *After Babel*. New York: Oxford University Press, 1975.
- VENUTI, L. *The translator's invisibility*. London: Routledge, 1995.